

# Editorial

editorial

## Uma revista pela democracia

A revista *História da Historiografia* foi pensada, desde seus primeiros números, como um espaço propício de reflexão sobre as diferentes formas assumidas pelo conhecimento histórico, seja no âmbito da produção, seja ainda nos âmbitos da difusão e da recepção deste conhecimento. Nesse sentido, as diferentes modalidades pelas quais a história aparece no espaço público, bem como os diferentes modos de intervenção pública de historiadores e historiadoras constituem uma agenda de discussão e são temas de considerável importância para os debates atuais nos campos da teoria da história e da história da historiografia. O número que agora lançamos, contendo o dossiê *A história e seus públicos. A circulação do conhecimento histórico: espaços, leitores e linguagens*, foi pensado para oferecer caminhos para os questionamentos em torno daqueles temas.

Convém ressaltar que a proposta do dossiê foi divulgada meses antes do desenrolar dos fatos que agora tomam conta da vida pública brasileira. Estamos diante de uma ruptura institucional que ameaça os princípios democráticos de nossa experiência coletiva. A democracia é este alicerce sobre o qual procuramos erigir o edifício de uma sociedade marcada pela justiça social e pela defesa das condições básicas de cidadania, um chão que já possui, bem o sabemos, inúmeras rachaduras. Mas o que percebemos agora é uma fratura de profundidade ainda maior, com consequências ainda mais nocivas. Pois aquele alicerce foi erguido como forma de contenção sobre um substrato de autoritarismo que caracteriza nossa cultura política e nossas formas de vivência social. E é justamente este substrato que vemos hoje emergir, na forma próxima a de uma erupção vulcânica, jorrando este magma autoritário que causa dano por onde passa. Nesta incômoda situação, vemos cada vez mais ações voltadas contra o ensino da história e contra a atuação pública daqueles que a praticam.

Acusados de doutrinação político-partidária, professores já têm ou correm o risco de ter suas atividades cerceadas por um infundado e desonesto programa que procura amordaçar os profissionais da educação, por meio de projetos de lei cujo único propósito é judicializar a prática docente em nome de princípios morais privados e particulares erguidos como dogmas universais. Diante disso, a reflexão sobre o próprio ofício pode oferecer aos seus praticantes instrumentos pertinentes para se contrapor à impostura, não na forma de uma defesa corporativa e cega da disciplina, mas sim pela atuação pautada pelos postulados da honestidade intelectual e da coerência política. Assim, este conselho executivo manifesta aqui sua compreensão de que tanto a produção dos saberes quanto seu ensino e difusão demandam um espaço de liberdade de atuação, reconhecendo a dimensão ética que deve caracterizar a relação dos historiadores e historiadoras com seus públicos.

Junto com o dossiê organizado por Massimo Mastrogregori, professor na Università di Roma – La Sapienza, e por Alejandro Eujanian, professor da Universidad Nacional de Rosario, o número traz os artigos de Dévrig Mollés, tratando dos mitos de origem da maçonaria na América Latina, de Francisco Santiago Júnior, que discute o uso público do passado a partir do filme *Como*

*era gostoso o meu francês*. Além dos artigos, o número conta ainda com uma resenha apresentando o livro de Paolo Rossi sobre a ordem jurídica medieval, escrita por Rogerio Ribeiro Tostes, e outra sobre o livro de Milton Carlos Costa a respeito de Georges Duby, elaborada por Thiago Henrique Sampaio. Por fim, publicamos a conversa mantida por César Augusto Duque Sánchez com Manuel Lucena Giraldo em torno da dimensão pública da chamada história pública. Desejamos a todos e todas, uma ótima leitura.

Desejamos a todos excelente leitura.  
Conselho executivo.